



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE – SECAO B**

**Processo:** 00147683020198172001

**TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDSON GUEDES VASCONCELOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia **28.06.2018**, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa, qual seja **R\$ 2.531,25 (DOIS MIL E QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)**.

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Ocorre que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a **liquidação do sinistro na esfera administrativa**, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da **prova pericial corresponde a valor inferior ao pagamento efetuado administrativamente**, não havendo de se falar em complementação de indenização.

## LAUDO PERICIAL.

... e a lesão, considerando o percentual de respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico	Marque o percentual
1ª Lesão	
joelho direito	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve
	<input checked="" type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão	
	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve
	<input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa


**Observação:** Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:


Data da realização do exame médico legal:

01/08/2019

Paulo Menezes  
Perícia Médica  
CRM/PE 16868  
Paulo Fernando de Oliveira Filho

## PARECER DE PERICIA MEDICA ADMINISTRATIVA

PARECER DE PERÍCIA MÉDICA				
<b>DADOS DO SINISTRO</b>				
Número: 3180540377	Cidade: Moreno	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: EDSON GUEDES VASCONCELOS	Data do acidente: 28/06/2018	Seguradora: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS		
<b>PARECER</b>				
<b>Diagnóstico:</b> FRATURA DA PATELA À DIREITA.				
<b>Descrição do exame médico pericial:</b> AO EXAME FÍSICO, VÍTIMA APRESENTA ATROFIA MUSCULAR DA COXA E PERNA DIREITA, DÉFICIT DE FORÇA MUSCULAR, LIMITAÇÃO SEVERA DOS MOVIMENTOS DA FLEXÃO DO JOELHO DIREITO E OSTEOARTROSE PÓS TRAUMÁTICA NESTA ARTICULAÇÃO.				
<b>Resultados terapêuticos:</b> SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRÚRGICO PARA REDUÇÃO E FIXAÇÃO COM CERCLAGEM - BANDA DE TENSÃO.				
<b>Sequelas permanentes:</b> Limitação funcional do joelho direito				
<b>Sequelas:</b> Com sequela				
<b>Data da perícia:</b> 05/12/2018				
<b>Conduta mantida:</b>				
<b>Observações:</b>				
<b>Médico examinador:</b> Roberto de Castro Costa				
<b>CRM do médico:</b> 11730				
<b>UF do CRM do médico:</b> PE				
<b>DANOS</b>				
<b>DANOS CORPORAIS COMPROVADOS</b>	<b>Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)</b>	<b>Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)</b>	<b>% Apurado</b>	<b>Indenização pelo dano</b>
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau intenso - 75 %	18,75%	R\$ 2.531,25
		<b>Total</b>	<b>18,75 %</b>	<b>R\$ 2.531,25</b>
<b>PRESTADOR</b>				

# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001

AGÊNCIA: 1769-8

CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:

14/12/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:

2.531,25

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: EDSON GUEDES VASCONCELOS

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00648

CONTA: 000000185048-8

Nr. da Autenticação 533130B7F1D68103

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado o *quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial com fundamento no artigo 487 inciso I do cpc.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 28 de agosto de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**